

## Cai o número de pessoas que podem limpar o nome

**PESQUISA SPC** O número de brasileiros endividados que estão conseguindo "limpar o nome" caiu 1,7% nos últimos 12 meses encerrados em julho, segundo a Boa Vista SPC. Já o indicador de recuperação de crédito apresentou queda de 1,8% no acumulado deste ano. Na variação mensal, o índice recuou 6,4% ante junho. Nos dados por região, o Nordeste teve aumento dos que conseguiram limpar o nome apenas de junho para julho (5,1%). No acumulado do ano (-5,8%) e nos últimos 12 meses (-4,4%) houve queda.

## Lucro da Petrobras cai 14,6% no 2º trimestre de 2017

**RESULTADO** A Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 316 milhões no 2º trimestre. O resultado divulgado ontem mostra uma queda de 14,6% em relação ao 2º trimestre de 2016 e um recuo de 93% na comparação com o 1º trimestre. Trata-se do 3º trimestre seguido de ganhos. No 1º trimestre, a petroleira tinha registrado lucro de R\$ 4,45 bilhões. Em 2016, a Petrobras acumulou prejuízo de R\$ 14,8 bilhões.

# Salvador fica em 3º lugar entre capitais brasileiras na gestão fiscal

**RANKING** A prefeitura de Salvador ficou em terceiro lugar no ranking nacional entre as que conseguiram manter o alto padrão de administração das contas públicas no ano de 2016 em meio à crise. Foi o que apontou o estudo divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). A capital baiana está entre as 10 capitais brasileiras cujas prefeituras dependem pouco do governo federal e apresentam alta capacidade de arrecadação, de liquidez (dinheiro em caixa) e de investimentos. O Índice Firjan de Gestão Fiscal analisa as contas dos municípios com base em dados enviados pelas prefeituras ao Tesouro Nacional. Na contramão do bom resultado soteropolitano, o estudo constatou que 85,9% dos municípios apresentaram situação fiscal difícil ou crítica em 2016. De acordo com o levantamento, 2.613 prefeituras estavam em situação fiscal difícil no ano passado, o que equivale a 57,5% dos 4.544 municípios analisados pela pesquisa. Esse é o maior percentual desde o início da série histórica, em 2006. O número de municípios em

situação crítica, à beira da insolvência, caiu de 1.969 em 2015 para 1.292 (28,4%) em 2016, mas a queda está relacionada ao aumento no número de prefeituras que não divulgaram dados, que saltou de 381 para 1.024 na mesma comparação. A não apresentação de estatísticas ao Tesouro Nacional constitui descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. As prefeituras brasileiras administram R\$ 461 bilhões, equivalente a um quarto da carga tributária brasileira e maior que os orçamentos da Argentina e do Uruguai somados. No entanto, o número

de cidades que gerenciam esses recursos com eficiência está caindo. O total de municípios com classificação excelente caiu de 24 em 2016 para 13 (0,3%) no ano passado, o menor número desde o início da pesquisa. Na análise por regiões, o Nordeste apresenta a maior proporção de prefeituras em situação fiscal difícil ou crítica: 94,9% dos municípios da região enfrentam problemas nas contas públicas. O orçamento rígido e a arrecadação em queda têm sacrificado os investimentos municipais, que atingiram o menor nível desde 2006. No ano passado, 2.701 municípios (59,4%) aplicaram menos de 8% da receita em obras e em compra de equipamentos para hospitais e escolas. Entre as capitais, os cinco primeiros lugares ficaram com Manaus, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e Boa Vista. Em Manaus e no Rio de Janeiro, os investimentos puxaram a alta, sendo que, na capital fluminense, os Jogos Olímpicos foram os responsáveis pelo aumento nas obras públicas. Campo Grande, Macapá, Goiânia, São Luís e Maceió obtiveram as piores notas.

**86%**  
dos municípios do Brasil estão em situação fiscal difícil ou crítica

**95%**  
das cidades do Nordeste enfrentam problemas nas contas públicas

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 3,1739	R\$ 3,1749
Dólar Turismo	R\$ 3,1600	R\$ 3,1700
Euro turismo	R\$ 3,6700	R\$ 3,8830

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	66.992,08	-1%

### POUPANÇA

11/08/2017	0,5520%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 937,00

### INFLAÇÃO

	Julho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,24	1,43	2,71
INPC/IBGE	0,17	1,30	2,08
IGP-M/FGV	-0,72	-2,65	-1,66

### SAFRA RECORDE

**242,1 milhões** de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas é a estimativa do IBGE para a safra nacional de grãos de julho - alta de 31,1% em relação a 2016 e de 0,7% na comparação com junho.

**184,7 milhões** de toneladas foi a safra em 2016, o que representa 57,4 milhões de toneladas a menos do que a deste ano. São esperados recordes na produção da soja (115 milhões de toneladas) e de milho (99,4 milhões de toneladas).

# MIRIAM LEITÃO



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

O governo está enrolado em dois problemas: a meta de 2017 e o Orçamento de 2018. O mais urgente é 2018, porque até 31 de agosto será enviado ao Congresso o projeto orçamentário. Pelas contas iniciais, será necessária uma receita extra de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões para ficar na meta de déficit de R\$ 129 bilhão de 2018. Uma das medidas é o adiamento dos reajustes salariais. Sobre os problemas fiscais destes dois anos, o governo teve longas reuniões nos últimos dias. Primeiro com a equipe econômica, depois com integrantes do Congresso. A maior dor de cabeça do governo é como fechar as contas do ano que vem, e esse tem sido o assunto que concentra o maior tempo do debate interno. Se até este ano de 2017 é incerto, imagina o que é o exercício de futurologia sobre as contas de 2018.

Não há dúvida de que a meta de 2017 será alterada porque houve uma série de frustrações de receita. Em julho, de novo, a arrecadação foi muito ruim. A questão é que há mais prazo para se definir a nova meta deste ano. Em 22 de setembro será feito o novo balanço bimestral de receita. O governo pode an-

teciar essa data e propor uma nova meta. Há quem defenda que essa decisão seja tomada no começo de setembro quando já se saberá a arrecadação de agosto e se a adesão ao Refis foi mesmo tão ruim quanto tem sido até agora.

Sobre 2018, é preciso definir agora a meta e tomar as decisões que permitam fechar o Orçamento. Os grandes números têm que estar prontos até o começo da próxima semana para que se possa fazer toda a preparação técnica do Orçamento. Pela LDO, a meta será um déficit de R\$ 129 bilhões. Para cumpri-la, o governo precisa de mais R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões de receita, ou uma mistura de mais arrecadação e corte de despe-

sas. Uma das medidas é o adiamento do reajuste salarial do funcionalismo. O aumento foi dado pelo governo Temer, de forma generalizada, para várias categorias, e em parcelas. A parcela do ano que vem será adiada. O cálculo é que isso economiza R\$ 9,7 bilhões. Foi avaliada uma alternativa mais suave: adiar para agosto, que levaria a uma economia de R\$ 4,7 bilhões.

Está também na mesa a proposta de mudar os salários iniciais de carreiras que têm os vencimentos de entrada muito altos. Isso não traria ganho agora, mas ajudaria na previsão de crescimento das receitas.

Para terminar o Orçamento do ano que vem não é difícil projetar a despesa, porque a regra

do teto de gasto estabelece que é a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. Houve um corte muito grande no investimento este ano, portanto a ideia com que a equipe trabalha é de reduzir despesa obrigatória para abrir espaço para investimento. O grande problema, contudo, é calcular a receita. Em 2017, houve as previsões de receitas extraordinárias, algumas se frustraram, outras não. Mas para o ano que vem não há previsões de receita de concessão. Por isso a equipe econômica trabalha com a hipótese de aumento de impostos. E isso tem sido rejeitado pela área política.

A meta de 2017 é de R\$ 139 bilhões, e houve um contingenciamento de R\$ 45 bilhões que,

todos concordam, é impossível de cumprir. O ideal, se diz na equipe, é que ele possa ser reduzido em R\$ 10 bilhões. Isso elevaria a meta para R\$ 149 bilhões. Mas como tem havido inúmeras frustrações de receita, o governo trabalha com mais R\$ 20 bilhões de rombo, ou seja, uma meta de R\$ 159 bilhões de déficit. Já não há mais como aumentar alíquota de imposto algum, porque, como é preciso respeitar a noventaena, a arrecadação não entraria este ano.

O Congresso também precisa se comprometer a não criar novos problemas para o governo, como está acontecendo com o Refis, que de refinanciamento de dívida está virando um perdão generalizado de devedores da Receita. No governo Dilma, o Congresso aprovava as pautas-bomba. Agora tem piorado todas as propostas que chegam, como fez com o refis.

Não há ainda horizonte de equilíbrio das contas públicas brasileiras. Por enquanto, todo o embate no governo é em torno do tamanho do buraco fiscal no qual o país está. Ele tem crescido ao longo dos meses, por isso estão em debate as metas deste ano e do próximo.

## Anos difíceis

**1 URGENTE**  
A meta de 2018 é mais urgente porque o Orçamento tem que estar pronto até o fim de agosto

**2 CONTA**  
Para fechar na meta prevista, ainda faltam R\$ 50 bilhões de receita ou de corte de despesas

**3 PRAZO**  
Meta de 2017 deve ser alterada em R\$ 20 bilhões, mas há prazo até meados de setembro